

Aula 4

O ROMANTISMO E A NARRATIVA DAS NAÇÕES

META

Apresentar um aspecto crucial do Romantismo: a consolidação do conceito de nação e a mobilização da história para atingir seus efeitos.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
Compreender o Romantismo como uma estratégia discursiva utilizada pelo Estado e pela literatura para assegurar a identidade nacional dos países consolidados e em formação;
Reconhecer e identificar as características básicas do Romantismo na literatura.

PRÉ-REQUISITOS

Familiaridade com os períodos formativos da literatura inglesa;
Conceitos-chave da Teoria da Literatura e da história literária.

Luiz Eduardo Oliveira

INTRODUÇÃO

Comparar literaturas é comparar nações, as quais se constroem discursivamente, de forma dialética e dialógica, em mútuo confronto, num processo de assimilação recíproca e, na maior parte das vezes, desigual, permeado de relações de poder e estranhamento. É também conceber de modo quase metafísico uma entidade específica chamada literatura, algo que se constitui como instância legitimadora dos estados-nação, concorrendo de modo privilegiado para o processo de construção das identidades nacionais.

Para se imaginar a nação, contudo, foi necessário não somente que as comunidades religiosas e dinásticas entrassem em declínio, mas também que uma nova maneira de apreender o mundo fosse configurada, passando a história a ser concebida como uma cadeia de causas e efeitos, o que implicava uma separação radical entre as noções de passado e presente. Foi quando a concepção medieval de tempo – na qual passado, presente e futuro se confundiam – deu lugar a um “tempo vazio e homogêneo”, nas palavras de Benjamin (apud ANDERSON, 2008, p. 54), fazendo com que a idéia de simultaneidade se tornasse possível. Tal idéia serviu de suporte aos dois gêneros que proporcionaram, no século XVIII, os meios técnicos necessários para se “re-presentar” – ou “narrar”, como quer Bhabha (2006) – as “comunidades imaginadas” correspondentes à nação: o romance e o jornal.

DESENVOLVIMENTO

Como notou Miranda (1994, p. 33), fazer uma nação corresponde a fazer uma literatura, uma vez que a concepção de história herdeira do **Iluminismo (1)**, como uma temporalidade linear e contínua, evoluindo ou progredindo de forma monolítica rumo a um futuro ilimitado, contribuiu de maneira decisiva para a construção de histórias literárias que, em nome do interesse nacional e de prerrogativa étnicas, buscam “re-presentar” – ou “narrar” – a nação de modo unificado e sem fissuras.

Para Carpeaux (1959, p. 21), Herder teria sido o fundador da história literária autônoma, ao criar o conceito de “literatura nacional” como a expressão mais completa da evolução espiritual de uma nação, inspirando todo o nacionalismo do século XIX, o qual teria dado origem tanto ao “pan-eslavismo” quanto ao “racismo alemão”. Suas Idéias para a filosofia da história da humanidade (1784-1791), ademais, teriam não somente formulado o conceito de “literatura universal”, como também estabelecido – ou “naturalizado” – a relação entre as estruturas das línguas e a índole de suas literaturas.

Ver glossário no final da Aula



Johann Gottfried von Herder (1744-1803) foi um filósofo e escritor alemão.
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Johann_Gottfried_von_Herder

Ao tratar das comunidades religiosas, as quais eram imaginadas pelo uso de uma língua e uma escrita sagradas, como foi o caso do árabe e do chinês escritos, bem como do latim, no Ocidente, Anderson (2008, p. 44) relaciona o seu declínio, no final da Idade Média, com as explorações do mundo não-europeu e as narrativas de viagem delas decorrentes. Segundo o autor, no confronto com o Outro, “o uso inconsciente do ‘nossa’ (que se torna ‘deles’)” e a “qualificação da fé cristã como ‘a mais verdadeira’” denunciam uma “territorialização dos credos”, renunciando o discurso nacionalista de que “a ‘nossa’ nação é a ‘melhor’ – num campo comparativo e competitivo”. Desse modo, o rebaixamento gradual das línguas sagradas – o que, no caso ocidental, pode ser representado pelo declínio do latim –, corresponde à ascensão dos vernáculos, algo tornado massivo pelo “capitalismo tipográfico”, que possibilitou a produção de livros escritos nas línguas vernáculos (ANDERSON, 2008, p. 46).

Nesse processo de standardização dos vernáculos europeus, concorreram vários outros fatores, dentre os quais podem ser destacados o desenvolvimento dos saberes linguísticos, a administração dos grandes Estados, a expansão colonial, o proselitismo religioso das duas Reformas e a literarização dos idiomas, em sua relação com a identidade nacional. Nesse sentido, a constituição das nações européias acarreta uma situação de luta entre elas, institucionalizando, conseqüentemente, uma concorrência entre as línguas:

A velha correspondência uma língua, uma nação, tomando valor não mais pelo passado mas pelo futuro, adquire um novo sentido: as nações transformadas, quando puderam, em Estados, estes vão

fazer da aprendizagem e do uso de uma língua oficial uma obrigação para os cidadãos (AUROUX, 1992, p. 49).

Nessa perspectiva, se o fato da gramatização, como fenômeno massivo, pode situar-se no século XVI, no qual se verifica o aparecimento de grande número de gramáticas, e de quase todas as línguas do mundo, cujas descrições eram baseadas na gramática da língua latina, fato verificado inclusive no Brasil, como testemunha a *Arte da grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*, de 1595, composta pelo padre jesuíta José de Anchieta (1533-1597), é por essa época também que a disputa entre as línguas se torna objeto dos vários diálogos então publicados, como foi o caso da língua portuguesa.

Para Anderson (2008, p. 73-75), três fatores externos contribuíram para o surgimento da consciência nacional, contribuindo para a dignidade literária dos vernáculos: 1) a mudança de caráter do latim, que, de língua sagrada, graças à sua condição de texto, passa a ser objeto de apreciação estética e/ou estilística, tornando-se arcano por conta do que estava escrito, isto é, da “língua-em-si”; 2) o impacto da reforma, especialmente com a aliança entre o protestantismo e o capitalismo editorial; 3) a lenta difusão de alguns vernáculos como instrumentos de centralização administrativa, por obra de certos monarcas bem posicionados, com pretensões absolutistas.

Há que se observar, contudo, a diferença entre uma “escolha” da língua como fruto de um desenvolvimento inconsciente ou aleatório, como foram os casos inglês e francês, e as políticas lingüísticas autoconscientes dos dinastas oitocentistas – e mesmo setecentistas, como foi o caso da política lingüística e educacional do rei português D. José I, através do seu ministro, o Marquês de Pombal (ANDRADA, 1978) –, diante dos nacionalismos lingüísticos populares de oposição.

Se através do “gênio” de uma língua poderíamos apreender o espírito de uma nação, é pela sua expressão mais alta, a literária, que a nação é narrada. Assim pensava Herder, em suas já mencionadas *Idéias para a filosofia da história da humanidade* (1784-1791). Sua obra, nessa perspectiva, teria sugerido a Humboldt, “o criador da linguística comparativa”, o estudo filológico das literaturas modernas, e a Friedrich Schlegel a idéia de um paralelismo histórico na evolução de todas as artes, através de uma “lei de evolução espiritual” que apareceria através da narrativa cronológica dos fatos literários. Tal concepção de tempo estaria ligada ao “passadismo” dos românticos, pois o fio cronológico seria a “árvore genealógica das obras do espírito” (CARPEAUX, 1959, p. 22).

Esse era o mote, por exemplo, das primeiras obras da historiografia da literatura inglesa, como observou Wellek (1962, p. 315-316): Thomas Warton, em sua *história da poesia inglesa*, de 1774, afirmava que o objetivo do estudo da literatura antiga era “registrar fielmente as feições das épocas

e preservar as mais pitorescas e expressivas representações dos costumes”. Henry Morley, no prefácio a *English writers* (1864), concebia a sua obra como a “história do espírito inglês”. W. J. Courthope, por sua vez, em outra história da poesia inglesa, publicada em 1895, definia o estudo da poesia inglesa como “o estudo do contínuo crescimento das nossas instituições nacionais tais quais elas aparecem reflectidas na nossa literatura”.

A historiografia romântica, nesse sentido, ao estabelecer como critério o princípio cronológico, alarga os horizontes temporais retrospectiva e prospectivamente, na medida em que (re)descobre períodos até então inexplorados ou desprezados, como a Idade Média e o Barroco, graças ao desenvolvimento dos estudos arqueológicos e filológicos. Ademais, constitui-se como estratégia discursiva preponderante na construção da narrativa da nação, uma vez que mobiliza mitos fundacionais e de “povo original”, ou raça pura, inventando tradições (HALL, 2005, p. 52-56).

Por outro lado, o Romantismo transcende as barreiras do que Carpeaux (1959, p. 23) denomina “miopia nacional”, uma vez que, ao implicar a relação entre as estruturas das línguas e a índole de suas literaturas, sugere aos historiadores da “literatura universal” a comparação de diferentes tradições literárias, ou de diferentes narrativas nacionais:

A França devia a Chateaubriand contatos novos com a literatura inglesa, e a Madame de Stael a descoberta da literatura alemã. A *Histoire des Littératures Du Midi de l'Europe* (1813/1819), de Sismonde de Sismondi, chamou a atenção para os trovadores provençais, para Petrarca e Ariosto, Cervantes e Camões. Sainte-Beuve, no *Tableau Historique et Critique de la Poesie Française et du Théâtre Français au XVI Siècle* (1828), reabilitou a honra de Ronsard. O professor alemão Friedrich Bouterwek (*Geschichte der neuen Poesie und Beresamkeit*, 1801/1819) deu notícia exata de todas as literaturas ao alcance da sua vasta erudição lingüística (CARPEAUX, p. 1959, p. 23).

Tal comparação entre literaturas configurava-se, em muitos aspectos, como uma comparação entre estados-nação, pois sugeria a associação entre unidades geopolíticas e/ou lingüísticas e determinadas identidades que, tidas como nacionais, consistiam na padronização, ou estereotipificação, de suas (auto)representações. Tal foi o caso de Bouterwek, tido como precursor da historiografia da literatura brasileira.

Ao comparar entre si as literaturas do Ocidente, em sua já mencionada História da poesia e eloqüência desde o final do século XIII (1801-1819) – a qual era parte de um ambicioso projeto coordenado por Johann Gottfried Eichhorn, que pretendia formular, com a ajuda de outros intelectuais alemães, uma História das artes e da ciência desde a sua criação até o final do século XVIII –, Bouterwek fazia-se valer dos pressupostos estabelecidos

por Madame de Stäel, segundo os quais a natureza do homem do Norte contrapunha-se à do Sul. Ao tecer comentários sobre a literatura espanhola, por exemplo, o autor ressalta o seu “iberismo congenial”, bem como sua “originalidade meridional”, em confronto com a “sensaboria nórdica” (CÉSAR, 1978, p. xix-xx).

Com efeito, na “Introdução geral à história da poesia e eloquência mais novas”, Bouterwek associa a pobreza ou riqueza dos povos – isto é, das nações – à riqueza ou pobreza de suas línguas, as quais encontram a sua mais alta expressão na poesia e na eloquência:

O poeta não pode expressar simbolicamente, por meio de palavras, aquilo que o público não consegue entender. Como conseqüência, da mesma maneira que o espírito de um povo se mostra na sua língua, ele também se mostra inevitavelmente em todos os trabalhos poéticos feitos nessa língua. A quantos fios de representações obscuras, que acompanham cada palavra, não está preso o significado estético de uma poesia! E este jogo de representações obscuras, para o qual quer ativar o espírito de seu público, é, em grande parte, resultado do caráter nacional, da cultura nacional e da maneira geral de pensar do povo, em cuja língua ele se expressa (apud BOLOGNINI, 2003, p. 98-99).

Tal dicotomia entre as literaturas do Norte e do Sul, professada por Madame de Stäel, repercute também nos quatro tomos da obra de Sismondi, *De la littérature Du Midi de l'Europe* (1813):

Não sabemos, até hoje, exatamente quais as razões que a inspiraram, mesmo porque a animadora do grupo de Coppet não o disse com suficiente clareza, nem os seus discípulos o puderam fazer. A verdade, hoje reconhecida, é que, se falta peso a tal divisão, teve ela entretanto o mérito de dirigir a curiosidade crítica de homens como Sismondi para as regiões meridionais (CÉSAR, 1978, p. xxiv).

Com Ferdinand Denis, em seu *Resumé de l'Histoire Littéraire Du Portugal*, suívi do *Resumé de l'Histoire Littéraire du Brésil* (1826), tal relação é levada ao extremo, tornando-se receituário, especialmente para a “literatura brasileira”, que pela primeira vez aparecia desvinculada de Portugal, pois o autor francês, ao eleger, entre os poetas setecentistas nascidos no Brasil, precursores para um certo indianismo brasileiro – que, em sua opinião, deveria ser melhor explorado, a exemplo do que fizera Cooper nos Estados Unidos –, aconselha os autores aqui nascidos a fazerem mais uso da matéria nativa, isto é, da fauna e da flora do país, sugerindo um verdadeiro “programa nacional literário” (ROUANET, 1991, p. 229), no intuito de assegurar à literatura produzida no Brasil uma legitimidade que pudesse conferir-lhe, junto com a recente independência política, uma autonomia estética.

Nessa perspectiva, pode-se traçar uma linha de continuidade entre a historiografia romântica e a historiografia naturalista – cujo modelo clássico é a **Histoire de la Littérature Anglaise** (1877), de Hippolyte Taine –, na medida em que esta, ao adotar os métodos objetivistas das ciências naturais, priorizando os condicionamentos ou fatores extrínsecos à obra – a raça, o meio e o momento histórico –, vai proporcionar um instrumental científico que servirá de suporte à associação romântica entre unidades geopolíticas e/ou lingüísticas e identidades nacionais.

Um exemplo célebre, no caso brasileiro, é o de Sílvio Romero, que, em sua *História da literatura brasileira* (1888), foi o primeiro – e talvez o único – a discordar do “humorismo” e “pessimismo” de Machado de Assis, sendo, por isso, o pioneiro no trato da questão da influência não só dos humoristas britânicos, mas também dos filósofos pessimistas. Segundo o crítico e historiador sergipano, o humour só podia ser verdadeiro, ou “genuíno”, quando se confundia com a “índole” do escritor, que por sua vez era um produto da “psicologia”, da “raça” e do “meio” do seu povo: “o temperamento, a psicologia do notável brasileiro não eram os mais próprios para produzir o ‘humour’, essa particularíssima feição da índole de certos povos. Nossa raça em geral é incapaz de o produzir espontaneamente” (ROMERO, 1954, p. 1629).

Para assegurar seus argumentos, Romero contrapõe alguns dados biográficos de Laurence Sterne, “filho de militar inglês”, ao “sensato, manso, criterioso e tímido Machado”, asseverando a profunda diferença entre o autor de *Brás Cubas* e o de *Tristram Shandy*. Quanto a uma possível relação entre as obras, não há qualquer referência, limitando-se o crítico à menção das cenas mais famosas criadas pelo romancista inglês, “no dizer dos mestres, verdadeiras obras primas”, e à afirmação da disparidade entre as personagens de Sterne, “criações cheias de realidade”, e as do escritor brasileiro, que “jamais ideou nada que lembre os dois irmãos Shandys” (ROMERO, 1954, p. 1630).

Essa busca da nacionalidade literária, como se vê, só pode realizar-se em confronto com as outras nações, através de relações de poder e estranhamento, se pensarmos o Outro como uma oposição ou negação contra a qual uma subjetividade dominante é definida, pois, como a psicanálise lacaniana tem postulado, é a partir das alteridades que as identidades se constituem (BOEHMER, 1995, p. 21). Ela remonta tanto à origem dos saberes lingüísticos – uma vez que, nas tradições egípcia, babilônica e grega o florescimento do saber lingüístico tem sua fonte no fato de que a escrita, fixando a linguagem, objetiva a alteridade e a coloca diante do sujeito como um problema a resolver (AUROUX, 1992, p. 23) – quanto aos primórdios da história literária, na época da produção das primeiras bibliotecas sistemáticas e dicionários biobibliográficos, no século XVI.

Desse modo, se, no processo de constituição das nações européias,

a produção das histórias literárias se fazia acompanhar da aliança entre língua e império, ou por uma espécie de nacionalismo imperialista que se forjava em oposição ao Outro colonial, como no caso inglês (BOEHMER, 1995, p. 32), no caso dos países americanos, nos quais a língua não era um elemento que os diferenciava das respectivas metrópoles imperiais, nunca tendo se colocado como questão nas primeiras lutas de libertação nacional (ANDERSON, 2008, p. 84-85), os primeiros impulsos historiográficos confundem-se com o corte dos vínculos políticos com as potências colonialistas européias, na tentativa de tornar possível o aparecimento de novas nacionalidades literárias, às quais, em oposição à metrópole, inseriam-se em um projeto de independência nacional para o qual era de suma importância uma narrativa de sua fundação e destino (SOUZA, 2007, p. 13).

Assim, a ênfase de boa parte da reflexão teórica sobre o passado, especialmente em países de condição pós-colonial, tem levado a uma revisão dos pressupostos da historiografia romântica e, portanto, do próprio projeto da modernidade, uma vez que passa a ser postulada a multiplicidade de relatos e sujeitos, em oposição a uma narrativa monolítica e unificadora que despreza os fenômenos de desterritorialização, migração e integração.

Tal nacionalismo, por sua vez, em função de uma língua e uma literatura nacional que “esquece” – no sentido que Renan (2006) dá ao termo – ou apaga as diferenças étnicas, sociais, lingüísticas e culturais que não se encaixam no projeto nacional de que o Estado e os homens de letras são os principais representantes, estabelece o padrão necessário para a produção de dicionários, gramáticas, antologias, parnasos e, principalmente, histórias literárias, os quais, institucionalizando-se nos sistemas de educação nacionais, serão uma instância preponderante, no século XIX, para a legitimação das identidades nacionais.

Estas, como já se afirmou, constituem-se discursivamente, em confronto com uma alteridade, que pode ser representada pelo colonizador ou pelas nações concorrentes, em relação às quais, ou em decorrência das quais, suas narrativas foram sendo produzidas. Nesse sentido, o processo de institucionalização da história literária, seja como instância legitimadora do estado-nação, seja como disciplina escolar e acadêmica, encontra-se indissolivelmente associado ao da configuração dos primeiros estudos de literatura comparada.

CONCLUSÃO

Na historiografia brasileira, a literatura norte-americana, estudada sempre como “apêndice” da literatura inglesa, é vista sempre com maus olhos. Assim a vê o Cônego Fernandes Pinheiro – que no seu pioneiro *Resumo de História Literária* (1872) atribui a falta de imaginação dos norte-americanos ao seu “gênio prático e material” –; também A. Velloso Rebello, em *Literaturas Estrangeiras* (1936) – que diz ser o “espírito do povo” norte-americano mais dado aos cálculos comerciais dos que aos “trabalhos da inteligência” –; fazem o mesmo M.S. Hull e Machado da Silva, em *English Literature* (1937) – que consideram seus escritores mais antigos meros tributários dos ingleses, escoceses e irlandeses – e também Manuel Bandeira, em *Noções de História das Literaturas* (1940) – que afirma que mesmo depois de consolidada a independência nacional, a literatura norte-americana continuou sendo tributária do “romantismo europeu”. Só é tratada com simpatia por Oscar Przewodowski – que exalta o país de Washington Irving e Benjamin Franklin como a terra “companheira da liberdade e transmissora do progresso” em *Origens da Língua Inglesa – sua literatura* (1920) –; por F.T.D., em *Literaturas Estrangeiras* (1931?) – que faz alusão aos “frutos maravilhosos” dos Estados Unidos, “quando recuperam a bússola perdida e enveredam no trilho da Verdade” – e por Afranio Peixoto, em *Noções de História de Literatura Geral* (1932) – que considera “a jovem literatura americana pródiga e pujante” (OLIVEIRA, 2015).



RESUMO

A historiografia romântica constitui-se como estratégia discursiva preponderante na construção da narrativa da nação, uma vez que mobiliza mitos fundacionais e inventa tradições. Por outro lado, o Romantismo transcende as barreiras do nacional, pois, ao implicar a relação entre as estruturas das línguas e a índole de suas literaturas, sugere aos historiadores a comparação de diferentes narrativas nacionais. Este ensaio investiga o modo como a comparação entre literaturas configurou-se, no século XIX, como uma comparação entre estados-nação, os quais se constroem discursivamente em mútuo confronto, num processo permeado de relações de poder e estranhamento.



ATIVIDADES

Como você pode relacionar o Romantismo com a narrativa das nações? Use suas próprias palavras na resposta.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Esta atividade tem por finalidade principal fazer com que você construa uma síntese dos principais conteúdos desta quarta Aula, de modo a compreender criticamente o processo de das nações como uma narrativa, e como o Romantismo contribuiu para isso.



PRÓXIMA AULA

Edgar Allan Poe

GLOSSÁRIO

(1) O Iluminismo, também conhecido como Século das Luzes e Ilustração, foi um movimento cultural da elite intelectual europeia do século XVIII que procurou mobilizar o poder da razão, a fim de reformar a sociedade e o conhecimento herdado da tradição medieval. Abarcou inúmeras tendências e, entre elas, buscava-se um conhecimento apurado da natureza, com o objetivo de torná-la útil ao homem moderno e progressista. Promoveu o intercâmbio intelectual e foi contra a intolerância da Igreja e do Estado. Foram vários os príncipes reinantes que muitas vezes apoiaram e fomentaram figuras do iluminismo e até mesmo tentaram aplicar as suas ideias ao governo. Originário do período compreendido entre os anos de 1650 e 1700, o iluminismo foi despertado pelos filósofos Baruch Spinoza (1632-1677), John Locke (1632-1704), Pierre Bayle (1647-1706) e pelo matemático Isaac Newton (1643-1727). O iluminismo floresceu até cerca de 1790-1800, após o qual a ênfase na razão deu lugar ao ênfase do romantismo na emoção e um movimento contra-iluminista ganhou força.

REFERÊNCIAS

- ACHUGAR, Hugo. A escritura da história ou a propósito das fundações da nação. In: MOREIRA, Maria Eunice (org.). **Histórias da literatura: teorias, temas e autores**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.
- ANDERSON, B. R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. **A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil**. São Paulo: Saraiva / EDUSP, 1978.
- ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: F.T.D., 1991.
- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BHABHA, Homi K. **Nation and narration**. London and New York: Routledge, 2006.
- BOEHMER, Elleke. **Colonial & postcolonial literature: migrant metaphors**. Oxford / New York: Oxford University Press, 1995.
- BOLOGNINI, Carmem Zink (org.). **História da literatura: o discurso fundador**. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil / São Paulo: Fapesp, 2003.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BUESCU, Maria Leonor C (org.). **João de Barros: textos pedagógicos e gramaticais**. Lisboa: Editorial Verbo, 1969.
- CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, v. 1, 1959.
- CÉSAR, Guilhermino. **Historiadores e críticos do Romantismo – 1: a contribuição europeia, crítica e história literária**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos / São Paulo: EDUSP, 1978.